



# CADERNOS PELA DEMOCRACIA

Uma publicação do mandato  
Marília Campos sobre a conjuntura  
política Brasileira

**EDIÇÃO NÚMERO 2**

## **PLANO TEMER**

**Cortes dramáticos na saúde,  
educação, previdência, assistência  
social e trabalho e salários  
dos servidores**

**Marília <sup>PT</sup> Campos**  
Deputada Estadual

---

# CADERNOS PELA DEMOCRACIA

Como presidenta da Comissão de Participação Popular da Assembleia, creio que um dos papéis do parlamentar é formar e informar o cidadão. Pessoas conscientes adquirem a capacidade de cobrar e lutar por seus direitos.

Nosso mandato prima pela formação de opinião e, por isso, editamos os “Cadernos pela democracia”, publicações periódicas que fazem uma análise conjuntural sobre a política de Minas e do Brasil.

Nesta edição, estudamos detalhadamente o Plano Temer/Meirelles de ajuste fiscal, que congela, em termos reais, as despesas públicas não financeiras nos próximos 20 anos. Isso vai impactar dramaticamente os gastos com saúde, educação, assistência social, trabalho, previdência e remuneração dos servidores federais. O objetivo claro é uma redução radical em nosso “Estado do Bem Estar Social” com a minimização do papel do Estado. Cada texto tem as análises do economista José Prata Araújo, a quem agradeço pela importante contribuição voluntária ao mandato.

Esta publicação será distribuída de forma gratuita. Espero que o material seja útil no estudo da questão social e política no país.

Boa leitura!

Belo Horizonte/Contagem, julho de 2016.

*Márcia Campos*  
DEPUTADA ESTADUAL - PT



---

# Índice

<b>1-Plano Temer/Meirelles quer congelar gastos públicos, em termos reais, por 20 anos</b>	<b>3</b>
<b>2- Comentários sobre o congelamento das despesas públicas</b>	<b>5</b>
<b>3-O desmonte de nosso Estado do Bem Estar Social</b>	<b>10</b>
<b>4-Desvinculação e desindexação deixam gastos públicos ao sabor dos interesses particularistas e fisiológicos dos parlamentares</b>	<b>15</b>
<b>5-Governo golpista pode estar superestimando as possibilidades de aprovação do Plano Temer</b>	<b>18</b>
<b>6-Campo progressista, que luta contra o impeachment de Dilma, tem visões diferentes para ajustar as contas públicas do Brasil</b>	<b>21</b>

---

## **1-Plano Temer/Meirelles quer congelar gastos públicos, em termos reais, por 20 anos**

O governo do presidente interino e golpista, Michel Temer, enviou ao Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional – PEC 241/2016, que prevê o congelamento, em termos reais, dos gastos públicos com saúde, educação, previdência, assistência social, trabalho e servidores públicos por 20 anos, com possibilidade de revisão da regra de fixação do limite depois de 10 anos. Um presidente, que ascendeu ao poder através de um golpe político-parlamentar, que tem apenas 11% de aprovação popular, quer ditar a política econômica dos próximos cinco governos no Brasil!

**Governo federal: gastos serão corrigidos pela inflação.** Pela PEC 241/2016, os gastos totais, de forma individualizada, do Poder Executivo, do Poder Legislativo (inclusive o TCU) e do Poder Judiciário, além de Ministério Público da União e Defensoria Pública da União, serão reajustados com base na inflação oficial (IPCA) do ano anterior. No primeiro ano de vigência (2017), o limite dos gastos totais equivalerá à despesa paga do ano anterior corrigida pela inflação do ano anterior.

**PEC deverá ser estendida aos Estados.** No processo de renegociação das dívidas dos Estados, uma das contrapartidas exigidas pelo governo federal é a inclusão dos Estados na PEC 241/2016. Segundo informações da

imprensa, os Estados terão também um teto de crescimento de gastos vinculado à inflação do ano anterior; terão que, nos próximos dois anos, limitar o crescimento dos gastos de pessoal à inflação; e terão facilitadas as condições de entrega de ativos estaduais em troca da quitação ou abatimento da dívida.

**Acabam as vinculações para saúde e educação.** Valores mínimos dos gastos com saúde e educação da União passarão a ser corrigidos pela variação da inflação do ano anterior e não mais pela receita. É prerrogativa do Congresso Nacional decidir onde os recursos públicos serão alocados, respeitando esse novo piso constitucional caso a PEC seja aprovada. Não significa que a saúde e a educação terão uma nova vinculação (gastos do ano anterior corrigidos pela inflação); os gastos do ano anterior serão uma referência apenas para a desvinculação futura. É evidente que os recursos para a saúde e educação sofrerão uma forte depressão nos próximos anos, em função do crescimento da população brasileira; porque muitos custos, como os de saúde, sobem muito mais que a inflação; e porque estes dois itens poderão ter reajustes inferiores à inflação para compensar aumentos superiores à inflação em outras áreas.

**Exceções na PEC 241/2016.** Ficam fora do alcance da PEC as transferências constitucionais a Estados, municípios e Distrito Federal e os créditos extraordinários, além das complementações ao Fundeb, as despesas da Justiça Eleitoral com as eleições e despesas de capitalização de estatais não dependentes.

**Punição pelo descumprimento.** Em caso de descumprimento do limite estabelecido para os Poderes e órgãos, o poder que extrapolar o limite ficará proibido no exercício seguinte: a) conceder vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de servidores públicos, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal decorrente de atos anteriores à publicação da PEC; b) criar cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa; c) alterar estrutura de carreira que implique aumento de despesa; d) admitir ou contratar pessoal, a qualquer título, ressalvadas a reposição decorrente de aposentadoria ou de falecimento de servidores, e as reposições de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa; e) realizar concurso público.

**Medidas severas serão tomadas nos gastos sociais.** O jornal Valor Econômico informa: "Na Proposta de Emenda Constitu-

cional (PEC) que fixa um teto para o crescimento dos gastos públicos só os orçamentos da Educação e da Saúde terão suas vinculações constitucionais alteradas, passando a obedecer a um piso corrigido anualmente pela inflação. Haverá, porém, novas rodadas de medidas para flexibilizar os gastos obrigatórios. Além da reforma da Previdência, em elaboração pelo governo e já adiada para julho, um dos temas que o governo pretende enfrentar é a vinculação dos benefícios da Loas (Lei Orgânica de Assistência Social) ao salário mínimo. Também devem entrar em uma segunda fase mudanças nas pensões por morte e o fim (ou mudança nas regras) do abono salarial”.

**Temer/Meirelles manobram para aprovar o teto dos gastos públicos.** O governo Temer optou por uma manobra política ao não incluir no debate do teto os gastos com previdência social, LOAS, seguro-desemprego e abono salarial, que representam 50% dos gastos federais não financeiros. O ministro da Fazenda explica o porque disto: “Nos próximos meses o governo vai apresentar uma proposta de reforma da Previdência. Estão em avaliação outros benefícios, como o abono salarial. Decidimos neste momento tomar as medidas mais importantes. Estamos propondo aquilo que são as medidas mais duras, o teto e a mudança nos índices de correção de saúde e educação. Se aprovadas, abrem espaço para medidas complementares. O importante é ter o teto. O resto é consequência do teto.” (Folha de S.Paulo, 15/06/2016). Marcos Nobre explica esta manobra: “A esperteza da tática do teto é outra. Embute no texto enxuto da PEC o anexo implícito de todo o catálogo de reformas: previdenciária, trabalhista, benefícios sociais e assim por diante. Instala o teto e só depois constrói a casa. Aprova-se primeiro a trava constitucional e depois se põe o Congresso diante do inevitável: ou faz as reformas ou inviabiliza a execução do orçamento que aprovou” (Valor Econômico, 20/06/2016).

## **2- Comentários sobre o congelamento das despesas públicas**

**Limite para gastos públicos não vale para os juros.** O principal eixo do programa econômico do presidente interino Michel Temer é o congelamento, em termos reais, das despesas públicas primárias. O governo está propondo que, a cada ano, as despesas públicas só possam crescer na proporção

da inflação do ano anterior. Assim, em 2017, as despesas deverão crescer, no máximo 7%, que é a inflação projetada para 2016. Quando a economia voltar a crescer, os gastos públicos terão uma radical redução enquanto proporção do Produto Interno Bruto – PIB. Vale lembrar que a limitação do crescimento das despesas é com as políticas públicas; já os gastos com juros não estarão limitados pela inflação e continuarão com uma gorda remuneração real acima da inflação.

### **Uma forte redução do Estado do Bem Estar Social.**

O jornal Folha de S.Paulo apoia e explica que medidas serão necessárias para viabilizar o congelamento real dos gastos públicos: “Se implementado, o plano poderá mudar radicalmente, e para melhor, o trato das contas públicas. Eis a dificuldade: para o teto funcionar, é necessário conter aumentos ora automáticos de certas despesas, como saúde e educação. Hoje, por força de lei, a verba mínima destinada a essas áreas cresce de acordo com o aumento da receita”. (...) “A despesa previdenciária, por sua vez, expande-se à revelia do governante, conforme se amplia o número de beneficiários. Eleva-se, ademais, devido ao reajuste dos benefícios pela inflação e quando há aumento real do salário mínimo, que é o piso da Previdência”. (...) “Se não houver mudanças nesses mecanismos, o crescimento de tais desembolsos logo inviabilizará os demais gastos públicos - que estarão limitados pelo teto”. (...) “A questão, portanto, envolve uma grande mudança constitucional, com a revisão do Estado de bem-estar social no Brasil”. (Folha, 25/05/2016).

### **O congelamento “da vida como ela é” ou até pior.**

Para funcionar o Plano Temer terá que aplicar o chamado “orçamento base zero”, sem quaisquer vinculações constitucionais para saúde e educação e sem quaisquer regras de indexação dos gastos que superem em termos globais a inflação do ano anterior, como no caso da previdência, assistência social, benefícios para o mundo do trabalho (seguro-desemprego e abono salarial). O economista João Sicsú escreveu: “O governo Temer enviará uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para impedir qualquer aumento real dos gastos primários do governo, isto é, gastos com saúde, educação, programas sociais, salários do funcionalismo público etc. O máximo de aumento permitido para esses gastos será a taxa de inflação do ano anterior. Somente poderá aumentar acima da inflação o gasto com o pagamento de juros da dívida pública”. (...) “Tal medida congelará tudo como está. Congelará a vida como ela é. Aliás, essa PEC poderia se chamar a PEC do congelamento da

vida como ela está. A educação que teremos no país será a educação que temos hoje. Isso valerá para todas as áreas. Somente os banqueiros e rentistas poderão ter uma vida melhor, ou seja, com mais renda, com mais riqueza. Será economizado o gasto com milhões para que se possa turbinar o gasto público que beneficia milhares” (Portal Fórum, 24/05/2016)). Na verdade, como veremos a seguir, nem “a vida como ela é” a PEC garante: na previdência social e em outros benefícios sociais e para os servidores federais, terá que haver um arrocho ainda maior em relação ao que temos hoje para compensar o aumento de gastos vegetativos que o governo não controla: novos aposentados e pensionistas e novos beneficiários dos programas sociais; e na saúde e na educação existe um “crescimento vegetativo” de usuários, com o aumento da população ao longo dos anos, e com a migração de milhares de pessoas dos serviços privados para os serviços públicos.

**Desvinculação dos recursos para saúde e educação.** A colunista Cláudia Collucci, da Folha, explica a vinculação e a desvinculação constitucionais: “Atualmente, a União é obrigada a aplicar na saúde ao menos o mesmo valor do ano anterior mais o percentual de variação do PIB (Produto Interno Bruto). Estados e municípios precisam investir 12% e 15%, respectivamente. Na educação, o governo federal deve gastar 18% do arrecadado e as outras esferas, 25%”. (...) “É verdade que os países mais desenvolvidos não costumam vincular o orçamento a gastos fixos, mas há outros tipos de garantias e fiscalização de modo que áreas prioritárias como saúde e educação sejam privilegiadas, mesmo em regiões mais pobres, com menos recursos para investir nessas áreas”. (...) “Mas, segundo especialistas, por aqui, a desvinculação pode, de fato, levar a mais cortes no já combalido SUS e uma descontinuidade nas políticas públicas, principalmente nos municípios. Todos estão cansados de saber que, cada vez que há troca de prefeitos, tal como no Jogo da Amarelinha, as coisas voltam dez casas. Imagine acabando com a obrigatoriedade do gasto”(Folha, 24/05/2016).

**Limite de gastos na previdência e nos benefícios sociais é dramático.** Veja só: no próximo ano, todos os aposentados e pensionistas da Previdência terão reajuste de 7%, que é a inflação estimada para 2016. Somente este reajuste já atinge o limite dos gastos globais da previdência pela inflação. Mas existe o chamado “crescimento vegetativo” dos benefícios, como descreve Ribamar de Oliveira: “Há outra questão que é tão ou mais relevante que vinculação das despesas. A quantidade de beneficiários dos programas

sociais aumenta ao longo do tempo. Os economistas chamam isso de crescimento vegetativo da despesa. De 2004 a 2014, a taxa média de crescimento vegetativo dos benefícios previdenciários foi de 3,1% ao ano. No mesmo período, a quantidade de benefícios da LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) cresceu a uma taxa média anual de 5%. No caso do seguro desemprego, a taxa média foi ainda maior, de 6,1%". (...) "Assim essas despesas continuarão crescendo acima da inflação até que as regras de concessão dos benefícios sejam alteradas. O objetivo da reforma da Previdência Social é justamente mudar a curva de crescimento do gasto com benefícios previdenciários. Será necessário também alterar regras de concessão da LOAS e do seguro desemprego e abono salarial. As alterações, é bom lembrar, além de serem politicamente difíceis de serem aprovadas, somente terão resultados expressivos no médio e longo prazos". (Valor Econômico, 02/06/2016).

**Quatro alternativas impopulares na previdência social.** E como pagar, portanto, o chamado "crescimento vegetativo" dos novos beneficiários da previdência social? Só existem quatro alternativas, ou a combinação das quatro: a) uma reforma da previdência ultraradical que passe a idade da aposentadoria para 65 anos sem regra de transição, como defendeu Meirelles na entrevista ao SBT, além de mudanças também radicais no acesso aos outros benefícios previdenciários; b) desvinculação dos benefícios do salário mínimo, podendo a previdência praticar um piso mínimo inferior ao salário mínimo; c) reajuste dos aposentados e pensionistas abaixo da inflação, com perdas reais, para abrir espaço para os gastos com os novos aposentados, ou seja, os atuais aposentados e pensionistas pagarão a conta dos novos beneficiários da previdência social; d) compensação do aumento dos gastos previdenciários acima da inflação em outras áreas, o que poderá sufocar os gastos em saúde e educação, por exemplo. Mesmo estas mudanças radicais ao extremo têm limites na expansão dos benefícios previdenciários porque a maioria da população já se aposenta por idade e muitos benefícios são por causas não planejáveis: doença, acidente, invalidez, morte. Este mesmo raciocínio se aplica também ao "crescimento vegetativo" de outros benefícios sociais – Benefício da LOAS, seguro-desemprego, e abono salarial -, que poderão ser fortemente limitadas suas regras de concessão e/ou terem reajustes abaixo da inflação.

**Propostas em discussão sobre a reforma da previdência social.** O governo Temer não tem programa de governo; o que

defende é aquilo que é apontado pelo mercado financeiro. Seu programa – “Uma ponte para o futuro” – é uma cópia praticamente literal do documento “Respostas à altura da crise”, do financista Armínio Fraga. Além da desvinculação dos benefícios do salário mínimo e do fim da garantia constitucional de reajuste anual dos aposentados, setores do mercado financeiro e outras consultorias já fizeram as seguintes sugestões: a) adoção da idade mínima de 65 anos para homens e mulheres e todas as categorias profissionais, a valer de imediato para os novos trabalhadores, e para os atuais trabalhadores só reconhecer os direitos de quem já completou o tempo para a aposentadoria; ou então adotar uma regra de transição bastante rigorosa, onde seria fixada uma idade mínima de 61 anos, por exemplo, e um determinado número de meses de acréscimo nos anos seguintes até atingir, de forma gradual, os 65 anos de idade; b) adoção da fórmula 105 ou 110 (idade mais tempo de contribuição) para homens e mulheres com a aceleração da progressividade da fórmula 85/95 atualmente em vigor, especialmente para as mulheres; c) aumento da carência da aposentadoria por idade de 15 para 20 anos de forma gradual; d) fixação da pensão em 50% da remuneração, o que, combinado com a desvinculação dos benefícios do salário mínimo, poderá reduzir a pensão para meio salário mínimo; e) redução do valor da aposentadoria por invalidez de 100% para 65% do salário mais 1% por ano de contribuição; f) passar a aposentadoria dos trabalhadores rurais dos atuais 60 anos (homem) e 55 anos (mulher) para 65 anos para ambos os sexos; g) aumento da idade e do tempo de contribuição dos trabalhadores que se aposentam por regras especiais, como portadores de deficiência, trabalhadores em áreas insalubres, etc; h) adoção para os servidores públicos das mesmas regras do setor privado para aposentadoria e pensão listadas anteriormente; i) aumento de 11% para 14,5% da contribuição dos novos aposentados e pensionistas do setor público. Em relação aos outros benefícios sociais, estão em estudo propostas de redução para meio salário mínimo do benefício da LOAS, fim do abono salarial e endurecimento das regras de concessão do seguro desemprego.

### **Servidores federais: arrocho salarial permanente.**

Nos últimos dez anos, a despesa de pessoal dos servidores federais ficou mais ou menos estabilizada em torno de 4,3% do PIB, o que implicou que os ganhos com crescimento do PIB e da receita foram repassados, de alguma forma – através de reajustes, PCCV, aumento do número de servidores – para os servidores federais. Mesmo assim, com razão, os servidores reclamam de arrocho salarial. O Plano

Temer é um arraso para os servidores federais, porque as despesas não poderão crescer acima da inflação. Em 2017, por exemplo, os gastos só poderão aumentar 7%, que é a inflação prevista para 2016. No entanto, existem despesas chamadas vegetativas que consumirão boa parte do reajuste pela inflação: PCCV já existentes e aqueles com mudanças previstas para os próximos anos; novos aposentados, que terão que ser substituídos por novos servidores concursados; despesas com a capitalização da previdência acima do teto do INSS dos novos servidores, etc. Para manter as despesas com os servidores no limite da inflação, as alternativas que serão aplicadas pelo governo interino de Temer, se seu plano foi aprovado, é a redução dos serviços públicos federais com a não substituição dos servidores aposentados; e reajustes abaixo da inflação, com perdas reais monumentais nos próximos anos.

### **3-0 desmonte de nosso Estado do Bem Estar Social**

**Veja como foi e como seria a evolução dos gastos públicos no Brasil.** O Plano Temer é, de fato, um desmonte do nosso ainda embrionário Estado do Bem Estar Social. O Blog Dinheiro Público fez um estudo afirmando que os gastos públicos primários subiram de 2005 a 2015, 93% acima da inflação atingindo R\$ 1,16 trilhão. Se aplicado o critério do Plano Temer, o montante seria de apenas R\$ 600,7 bilhões. Veja a **tabela 1**. O Blog afirma: “Se levada ao pé da letra, a proposta do governo Michel Temer para a limitação dos gastos federais forçará mudanças radicais na gestão da máquina pública, em especial dos programas sociais”. (...) “Pelo que foi anunciado nesta terça-feira (24 de maio), pretende-se que o crescimento anual da despesa do governo seja limitado à inflação do ano anterior. Em outras palavras, a despesa total ficará congelada em termos reais. Para uma ideia do impacto da medida, o Orçamento da União seria pouco mais de metade do que é hoje se ela estivesse em vigor nos últimos dez anos”. (...) “De 2006 a 2015, o gasto não financeiro do governo (com pessoal, custeio, programas sociais e investimentos) cresceu 93% acima da inflação e atingiu R\$ 1,16 trilhão -com a regra defendida por Temer, o montante não passaria de R\$ 600,7 bilhões”. (Folha/UOL, 24/05/2016)

**TABELA 1**

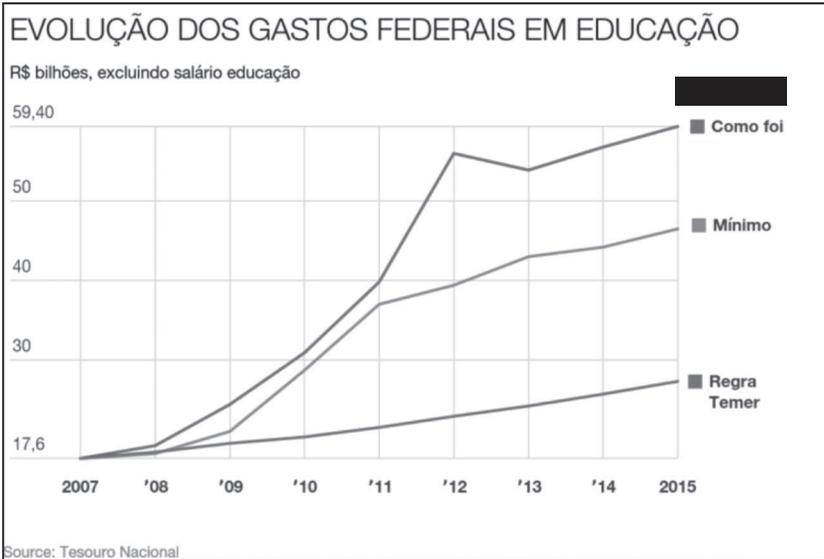


**Veja como foi e como seria a evolução dos gastos com saúde e educação.** Nos últimos oito anos, de 2007 a 2015, os gastos com educação, com manutenção e desenvolvimento do ensino, aumentaram 117% acima da inflação e os gastos com saúde subiram 46% acima da inflação. O site Dinheiro Público publicou dois gráficos com a evolução dos gastos das áreas de educação e de saúde, que mostram os gastos efetuados; os gastos pelos limites constitucionais e como seriam os gastos pela regra Temer. Veja as **tabelas 2 e 3**. O Blog afirma: "Caso seja aprovado o teto para o gasto federal proposto pelo governo Michel Temer, a educação será a área a sofrer a fredda mais brusca na expansão de suas verbas. Pela proposta apresentada, as despesas com saúde e educação deixarão de representar uma parcela fixa da receita da União; em vez disso, terão garantida apenas a correção pela inflação. Isso não significa, portanto, que os desembolsos vão cair, mas sim que não crescerão automaticamente acima da inflação quando a economia do país e a arrecadação de impostos se recupe-

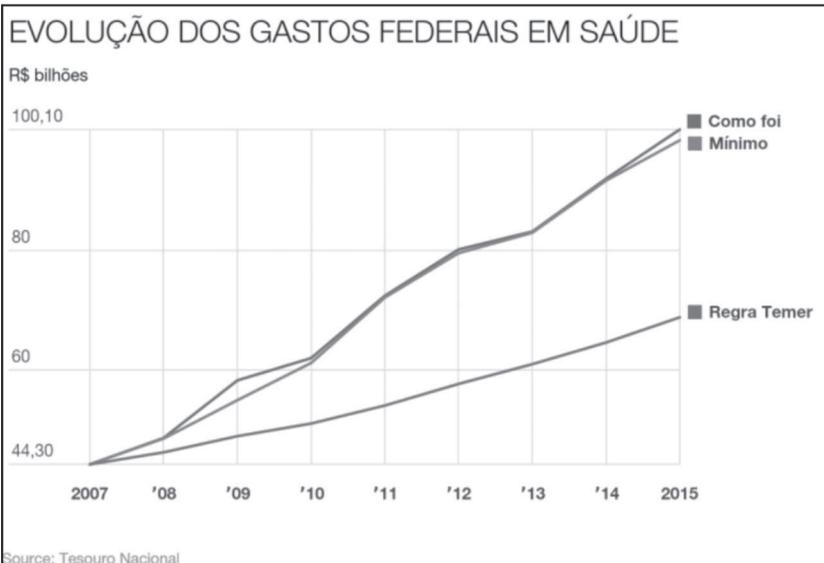
rarem".(...) "Para a educação, a regra significará a interrupção de um processo de crescimento acelerado do gasto nos últimos anos, especialmente na gestão da presidente afastada, Dilma Rousseff. De 2008 para cá, por exemplo, as despesas definidas na legislação como manutenção e desenvolvimento do ensino aumentaram 117% acima da inflação -e no ano passado superaram em 28% o mínimo hoje obrigatório pela Constituição, equivalente a 18% da receita dos impostos. Dilma vinha promovendo a ampliação do quadro de pessoal nas universidades públicas e nos institutos de ensino tecnológico, além de repasses para o ensino básico nos Estados e municípios".(...) "No caso da saúde, a expansão do gasto foi bem menos vigorosa, de 46% acima da inflação no mesmo período. Para essa área, a administração petista basicamente seguia o mínimo constitucional. Até o ano passado, a Constituição mandava elevar essa despesa conforme a expansão do PIB (Produto Interno Bruto, medida da produção e da renda do país). No ano passado, foi fixado o percentual de 15% da receita total do governo, a ser atingido gradualmente" (UOL, 16/06/2016).

**PEC 241/2016 frustra novos planos de aumento de gastos para a educação e saúde.** "Se aprovado o teto proposto por Temer, serão frustrados os planos aprovados recentemente pelo Congresso para a evolução das despesas públicas -federais, estaduais e municipais- em educação e saúde".(...) "No caso da primeira, o gasto público total, na casa dos 5% do PIB, é semelhante ao padrão médio dos países da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), na maioria desenvolvidos. No entanto, o Plano Nacional de Educação aprovado por deputados e senadores prevê que essa proporção chegue a inimagináveis 10% do PIB (com a ajuda de algumas mudanças na metodologia de apuração) até 2024".(...) "Já a saúde, que consome 4% do PIB, está subfinanciada -na OCDE, a média oscila entre 6% e 7%. Por isso foi alterada a regra constitucional para os desembolsos da União".(...) "Legislativo e Executivo, que até aqui não se preocuparam em encaixar suas metas nos limites do Orçamento, poderão, pelas normas do teto, aprovar despesas maiores em saúde e educação -mas para isso terão de reduzir as verbas destinadas a outros setores" (UOL, 16/06/2016).

**TABELA 2**



**TABELA 3**



**Especificidades de nosso Estado do Bem Estar Social.** Não existe termo de comparação do Estado do Bem Estar Social brasileiro com o que existe na Europa. É muito comum que segmentos de classe média afirmem que temos carga tributária de primeiro mundo - de fato os 33% do Brasil é a média da carga tributária na OCDE -, e serviços públicos de quinto mundo. Não é bem assim. Nossa carga tributária incide sobre um patamar de riqueza muito inferior ao dos países europeus e dos Estados Unidos. Se analisarmos o PIB per capita dá para ver que a carga tributária per capita no Brasil é muito pequena e isso implica em enormes diferenças na capacidade de oferta de serviços públicos. Veja a carga tributária per capita (carga tributária de cada país multiplicada pelo PIB per capita) na **tabela 4**. Como se vê, a carga tributária per capita, em dólares, nos países escandinavos, onde o Estado do Bem Estar Social é mais desenvolvido, é cinco a dez vezes maior que no Brasil; na Alemanha e França, ela é quatro a cinco vezes maior que a nossa; e mesmo em países mais liberais, como Estados Unidos e Reino Unido, a carga tributária per capita é quatro vezes maior que aquela do Brasil.

**TABELA 4**

PIB per capita, carga tributária per capita em países da OCDE			
País	PIB per capita em US\$ - 2013	Carga tributária 2013 em % PIB	Carga tributária per capita em US\$
Noruega	100,318	40,8	40,929
Suíça	81,323	27,1	22,038
Dinamarca	59,190	48,6	28,766
Suécia	57,909	42,8	24,785
Estados Unidos	53,101	25,4	13,487
Alemanha	44,999	36,7	16,514
França	42,999	45,0	19,349
Reino Unido	39,567	32,9	13,017
Itália	34,714	42,6	14,788
Brasil	11,310	33,7	3,811

Fonte: Receita Federal/FMI. Carga tributária per capita calculada pelo autor

**Brasil é o país emergente com mais direitos sociais.** Quando comparamos o Brasil com outros países emergentes dos BRICS e da América Latina, fica claro que nosso país é, disparado, o que tem mais direitos sociais. Segmentos da esquerda fazem muitas vezes comparações que subestimam enormemente o nosso Estado do Bem Estar Social. Temos no Brasil uma tradição de considerar política social somente aquela da assistência social, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Social, mas as políticas sociais estão em diversos ministérios – o próprio Desenvolvimento Social, Previdência, Saúde, Educação, Cultura, Desenvolvimento Agrário – e nos Estados e municípios estão espalhadas em diversas secretarias. É muito comum a comparação entre os gastos com o Bolsa Família, da ordem de R\$ 25 bilhões, e os gastos com juros, da ordem de R\$ 500 bilhões atualmente. Não é bem assim. No Brasil, os gastos públicos não financeiros (que exclui os juros da dívida) são da ordem de 32% do PIB, em grande parte direcionados para as políticas sociais. Este percentual é quase o dobro da carga tributária dos demais países dos BRICS (China, Rússia, Índia, e África do Sul) e da maioria dos países da América Latina. Pela dimensão dos cortes propostos pelo Plano Temer fica claro o alcance de nosso Estado do Bem Estar Social, que se está, de fato, muito distante dos países europeus, não tem nada parecido em outros países emergentes.

## **4-Desvinculação e desindexação deixam gastos públicos ao sabor dos interesses particularistas e fisiológicos dos parlamentares**

**Temer quer atrair os deputados para a desvinculação com a isca do “semiparlamentarismo”.** Não se deve subestimar a estratégia do presidente interino Michel Temer para conseguir o apoio dos deputados e senadores ao projeto de “orçamento base zero”, sem vinculações constitucionais e indexações de benefícios e salários. Temer adota um semiparlamentarismo informal em seu governo. Para Luís Nassif o semiparlamentarismo “é o próprio mapa do inferno”. Diz ele: “Trata-se de acenar com a divisão do bolo orçamentário com os parlamentares, proposta que, se levada ao pé da

letra, líquida com o conceito de nação do país. Assim: se você ficar do meu lado, garanto recursos para as emendas que você apresentar. Um dos maiores desafios políticos brasileiros, ao longo de toda a República, foi a dificuldade em submeter o orçamento a uma lógica nacional, colocando-o a salvo das demandas paroquiais dos parlamentares”. (...) “Tem sido assim desde a República Velha. O político é eleito e pretende atender às demandas de sua base e de seus financiadores. O território onde se dá esse embate é o orçamento. Quando não existe uma pauta política agregadora ou limites constitucionais, cada parlamentar tratará de pegar seu quinhão esfrangalhando com as contas públicas e comprometendo a unidade administrativa, os grandes pontos de atuação do Executivo federal, os gastos em educação, saúde, habitação etc”. (...) “Justamente por isso, os Constituintes de 1988 trataram de blindar o orçamento com as destinações constitucionais obrigatórias”. (...) “No governo Fernando Henrique Cardoso houve a primeira concessão ao fisiologismo orçamentário, permitindo as emendas parlamentares, mesmo assim sujeitas a contingenciamento. E, ainda assim, criou o maior espaço de barganha e corrupção do parlamento”. (...) “O aceno de Temer aos parlamentares é curto e grosso: me apoiem e iremos— o Executivo e o Congresso — repartir o orçamento. Para tanto, o primeiro passo será acabar com as vinculações obrigatórias — os gastos com saúde e educação”. (...) “É o próprio rascunho do mapa do inferno”. (Jornal GGN, 11/12/2015).

**Desvinculação orçamentária é um risco para as políticas públicas.** Oscar Vilhena Vieira, professor de direito constitucional, colunista da Folha de S.Paulo, alerta para os riscos da desvinculação e recursos orçamentários: “O entusiasmo pela proposta de desvinculação de receitas me fez lembrar um encontro que tive faz muitos anos. Caminhava pelo mercado de uma pequena cidade do interior, quando me deparei com o prefeito. Conhecido pela pouca sobriedade, saudou-me efusivamente. Buscando retribuir a simpatia, elogiei suas iniciativas na área da educação”. (...) “Sendo um município de população predominantemente rural, o prefeito havia criado um sistema de transporte escolar que buscava a garotada nos grotões e trazia para a escola. E se os pais engrossassem, preferindo manter as crianças na roça, ele ameaçava ir pessoalmente apanhá-las”. (...) “O prefeito respondeu ao meu elogio com grande desapontamento. “Que escolha tenho? Essa nova Constituição me obriga a gastar uma parte da receita com educação. E se não gastar, o Tribunal de Contas vem na minha jugular e o governador não repassa mais recurso para nada. Assim, não há o que fazer, senão

colocar todo mundo na escola.”(...) “Saí do mercado pensando onde ele colocaria as parcas verbas públicas que administrava se não fosse obrigado a investir um determinado quinhão em educação. Não tenho por que acreditar que a lógica desse alcaide muito se diferencie da racionalidade de políticos graúdos, como dizia meu avô, que habitam o planalto central ou os governos de Estado. Não há dúvida de que temos que controlar as despesas públicas. Não há dúvida de que ao longo dos anos todos os tipos de privilégios absolutamente ilegítimos foram sendo entrincheirados em nosso ordenamento jurídico. Não há dúvida, também, de que há enormes desperdícios, ineficiência e corrupção. Assim, há que se arrumar a casa urgentemente”. (...) “O problema é que a proposta que parece estar sendo desenhada pelo governo transferirá ao Congresso Nacional, em última instância, a liberdade de alocar, sem qualquer restrição, as receitas públicas, desde que o faça dentro do teto da inflação. Com isso, tende a colocar em risco o pouco de consistência que ainda resta a nossas políticas públicas de longo prazo. É entregar de bandeja o Orçamento para que ele seja canibalizado pelas forças vivas de nossos parlamentos”. (Folha, 30/05/2016)

**Montagem do governo confirma análises.** As análises de Luís Nassif e Oscar Vilhena Vieira se confirmaram na formação do ministério interino de Temer. Articulistas da Folha de S.Paulo, afirmam que “o desenho de Temer para a Esplanada é quase parlamentarista”. Diz a Folha: “Presidente da Câmara por três gestões e tido como conhecedor dos bastidores legislativos, Michel Temer (PMDB) anunciou um ministério composto em sua maioria por deputados federais e senadores. A importância frisada em suas palavras na primeira manifestação ao assumir o poder – em que ressaltou a “necessidade de governabilidade” – se materializou na tinta da caneta presidencial. Dos indicados, 13 são congressistas. Isso representa 57% da nova formação da Esplanada, que agora terá 23 pastas (antes, eram 32). Foram contemplados deputados e senadores do PMDB (3), PSDB (2), PP (2), DEM, PPS, PV, PTB, PR e PSB. O percentual representa o triplo com que Dilma Rousseff iniciou o seu segundo mandato, em 2015, com 7 congressistas nas 39 cadeiras –18% do total”. (...) “O desenho de Temer, evidenciado nos acenos em seu discurso, é quase parlamentarista. Ele trouxe uma maioria de congressistas para o gabinete, deixando a economia com quem é do ramo” (Folha, 13/05/2016).

## **5-Governo golpista pode estar superestimando as possibilidades de aprovação do Plano Temer**

Selecionamos a seguir, diversas opiniões de analistas políticos que afirmam que o Plano Temer vai acentuar, de forma dramática, os conflitos na sociedade brasileira e dificilmente conseguirá aplicar as medidas que estão propostas, porque “trata-se de um governo que não tem nem tanques nem tem votos”. Mas ressaltamos que, se sobreviver, o governo Temer terá mais condições de avançar a sua agenda em particular naquelas questões que não dependem de emendas constitucionais, como no caso da privatização do pré-sal e de empresas estatais, na supressão da legislação trabalhista e no arrocho aos serviços públicos. Por isso, só mesmo a mobilização popular poderá evitar os retrocessos.

**Temer: reformas ultraliberais só com um governo não eleito.** Roberto Brant, assessor de Temer, em entrevista ao Estadão, confessou: “Esse documento de Temer – Uma ponte para o futuro - não foi feito para enfrentar o voto popular. Com um programa desses não se vai para uma eleição”. Maria Cristina Fernandes, do jornal Valor Econômico, escreveu: “O PMDB viabilizou sua costura de gabinete pró-impeachment com o argumento de que as mudanças a serem feitas no país, por duras, só poderiam ser capitaneadas por um governo não eleito”. Para a oposição impeachment é um meio; o fim é um programa ultraliberal de cortes radicais nos direitos do povo. O impeachment é, portanto, uma tentativa de impor um enorme “estelionato político” ao povo brasileiro, com a consolidação de uma “democracia relativa”. Não terão que se submeter às urnas para aprovar o corte nos direitos do povo; o presidente que irá implementá-lo será alçado através de um golpe político-parlamentar. O presidente pode estar subestimando as dificuldades de implantação do ultraliberalismo porque ele não tem votos e a legitimidade das urnas nem as armas de uma ditadura aberta como em 1964.

### **José Luís Fiori critica a insensatez dos golpistas.**

“No Brasil não faltam - neste momento - os candidatos com as mesmas características e os economistas sempre rápidos em propor, e dispostos a levar até as últimas consequências, o seu projeto de ‘redução radical do Estado’ e, se for possível, de toda atividade política capaz de perturbar a tranquilidade dos seus modelos

matemáticos e dos seus cálculos contábeis”. (...) “Neste sentido, não está errado dizer que os dois lados deste mesmo projeto – políticos golpistas e economistas ultraliberais - são cúmplices e compartilhem a mesma e gigantesca insensatez, ao supor que seu projeto golpista e ultraliberal não encontrará resistência e, no limite, não provocará uma rebelião ou enfrentamento civil, de grandes proporções, como nunca houve antes no Brasil” (Valor Econômico, 26/09/2015).

**Mário Magalhães: Pacote de Temer estimula confrontos. Presidente interino não tem nem tanques nem teve votos.** “Bola cantada, Michel Temer e Henrique Meirelles anunciaram o mais duro pacote antissocial do século 21. Como previsto, o arrocho de Dilma Rousseff, comparado ao que o sucedeu, passará à história como arrochinho. Mantendo o tom dessas duas semanas de governo, Temer vai com muita sede ao pote, sacrificando sobretudo os mais pobres. Talvez seja só o aperitivo, a depender do que virá depois das eleições municipais. O conteúdo social das medidas pode ser aferido no contraste entre os aplausos de entidades empresariais e a reação dos sindicatos de assalariados - ao menos os não pelegos. O pacote ataca por todos os cantos, sem poupar frentes e vítimas. À sua maneira, estimula confrontos, atíça conflitos, provoca quem perde com ele”. (...) “Arrochos dessa natureza pressupõem força. Em 1964, o marechal Castello Branco implantou um implacável. Tinha a força dos tanques. Há pouco, na Argentina, o presidente Mauricio Macri fez a mesma coisa. Ele tem a força política dos votos que o elegeram. Temer não tem nem tanques nem teve votos. Conta com um Congresso até aqui submisso e uma máquina de propaganda vigorosa. Fala em ‘tranquilidade institucional’, depois de ter conspirado para depor a presidente constitucional. Cerca-se de investigados e suspeitos de um sem-número de bandalheiras. Quem apostou na lorota segundo a qual o afastamento de Dilma ‘pacificaria’ o Brasil errou feio. O clima permanece muito quente. Outono e inverno só existem nos termômetros”. (UOL, 25/05/2016)

**Marcos Nobre: Temer sonhou em ser Margaret Thatcher, mas se sobreviver terá que se assumir como Sarney.** “Como explicar que um governo interino possa agir como se fosse um governo recém-eleito, como se tivesse conseguido a aprovação da maioria do eleitorado em uma disputa presidencial acirrada? É o grande mistério do momento, de difícil solução. Porque é certo que alcançar o impeachment exigiu a produção da mitologia de altas expectativas correspondente. Mas, se pretende sobreviver, o

governo interino tem antes de tudo de concentrar esforços em um rebaixamento geral de expectativas. E nisso o Plano Meirelles não ajudou em nada". (...) "E, no entanto, para surpresa geral, ainda tentando amortecer a queda de Jucá, o governo Temer-Meirelles se apresentou como se fosse Margaret Thatcher no dia seguinte a sua primeira eleição, em 1979". (...) "Mas o delírio político de um projeto como esse é tão patente que não pode ser para valer. Não sendo para valer, sendo jogo de cena para negociar, o teto do possível passa a ser o de uma política feijão sem arroz, que é o que a recessão e seu rastro de desgraças permite. O problema nesse caso é que Temer vai ficar sem Meirelles. Vai ter de chamar para o posto alguém como aquele que cunhou a expressão "política feijão com arroz", o especialista formado no final do governo José Sarney, o ex-ministro Mailson da Nóbrega". (...) "Ficou já claro que Temer não tem a menor ideia do que seja conduzir um governo. Simplesmente entregou as chaves a Meirelles e disse que decorasse o pacote de medidas como pudesse. Meirelles não apresentou um plano de governo, mas o programa de sua candidatura presidencial. E, como o atual ministro da Fazenda só pensa em termos de celebridades políticas globais, não aceitou o convite para entrar como Margaret Thatcher e sair como François Hollande". (...) "Se não quiser ter o mesmo destino de Dilma Rousseff, o que resta para Michel Temer é assumir sua condição de José Sarney. Os delírios de Margaret Thatcher podem bem animar plateias em palestras para investidores, mas não vão convencer quem não tem emprego, renda, ou remédio no posto de saúde. E o segredo do período Sarney é simples: aceitar a própria mediocridade, nunca criar expectativa alguma. Apenas fingir de morto e se esforçar para convencer de que não vai deixar a peteca cair de vez". (Valor Econômico, 28/05/2016).

**Vinicius Torres Freire: Plano Temer poderá levar a formação "coalizão social transversal" contra os cortes.** "O programa econômico de Michel Temer deve afetar interesses de uma coalizão social transversal, por assim dizer. O governo deve enfrentar não apenas movimentos sociais e sindicalistas 'petistas' ou de esquerda. A contenção dos gastos com saúde e educação deve reunir oposição mais variada. Associações diversas de profissionais de saúde e educação, movimentos sociais do setor, igrejas e outros movimentos religiosos e talvez mesmo empresários devem pressionar os parlamentares". (...) "Recorde-se que a diretriz econômica central de Temer prevê o congelamento dos gastos federais, o que exigirá no mínimo também uma contenção forte de gastos em saúde, educação e Previdência, se não sobrar também

para os servidores federais. Os interessados em evitar as mudanças no gasto social fazem parte de um espectro muito maior do que aquele de partidos e movimentos de esquerda. Além do mais, a reforma da Previdência junta sindicalistas de toda espécie, governistas temeristas ou dilmianos, além dos independentes. Essa provável oposição a Temer ou a seus planos de reformas é a “coalizão social transversal” (Folha, 26/05/2016).

## **6-Campo progressista, que luta contra o impeachment de Dilma, tem visões diferentes para ajustar as contas públicas do Brasil**

Não existe no campo progressista da sociedade brasileira, um consenso sobre a necessidade e a profundidade de ajustes nas contas públicas. Publicamos a seguir quatro opiniões, que representam, de uma maneira geral, as opiniões existentes entre os progressistas brasileiros. Veja a seguir as **tabelas 1 e 2**, com os gastos federais nas diversas políticas públicas e com os juros da dívida em 2015; com a evolução das despesas públicas não financeiras e financeiras.

**TABELA 1**

<b>Distribuição das despesas do governo central em 2015</b>	
<b>Despesa</b>	<b>Valor em R\$ bilhões</b>
Juros da dívida pública	502
Benefícios da Previdência Social	436
Custeio educação e saúde	108
Despesas correntes com ministérios, legislativo, judiciário e BC	115
Investimentos	56
Pessoal e encargos	238
Seguro-desemprego, benefícios assistenciais, abono salarial e Bolsa Família	90
Sentenças judiciais e outras despesas obrigatórias	54
Subsídios e subvenções	54
Transferências para Estados e municípios	205

Fonte: Tesouro Nacional/Ministério do Planejamento/BC

\*Publicado pela Folha de S.Paulo

**TABELA 2**

Evolução das despesas não financeiras e financeiras – % PIB - 2002 a 2015		
Ano	Despesas não financeiras	Juros da dívida
2002	16,1	7,61
2003	15,4	8,42
2004	15,9	6,56
2005	16,6	7,28
2006	16,8	6,72
2007	16,4	5,98
2008	16,2	5,32
2009	17,4	5,13
2010	16,0	5,03
2011	16,8	5,41
2012	16,9	4,45
2013	17,1	4,68
2014	18,0	5,48
2015	18,4	8,50

Fontes: BC/Ministério da Fazenda e IPEA

**João Sicsú: melhoria das contas públicas depende da redução expressiva dos juros e da retomada do crescimento da economia.** “É obvio que há condições de fazer o gasto primário subir mais que a inflação e, portanto, transformar a vida de milhões. Em verdade, fazer o gasto subir mais que a inflação em determinadas áreas é crucial. Em educação, saúde, habitações populares, reforma agrária, programas sociais, investimento em infraestrutura (saneamento e transportes), cultura e segurança pública, o aumento real do gasto significa melhorar a vida real das pessoas”. (...) “O gasto primário pode aumentar de forma real facilmente, sem causar qualquer alteração fiscal relevante, em dois casos. Basta diminuir o gasto com o pagamento de juros da dívida pública e aumentar o gasto com educação, por exemplo. Ou basta o país entrar em um ciclo de crescimento gerando um volume de receitas tributárias que crescem mais que a inflação”. (...) “De fato, são esses os principais caminhos econômicos do desenvolvimento brasileiro. Fazer o país crescer com inclusão social, gerando empregos e distribuindo renda e riqueza, mas para tanto será necessário reduzir as transferências exorbitantes de recursos públicos concentradas em banqueiros e rentistas (via pagamento de juros da dívida pública)”. (Portal Fórum, 24/05/2016)

**Bresser Pereira quer ajuste fiscal com medidas pontuais.** “A meta fundamental dos impichadores é reduzir os direitos sociais dos trabalhadores, é beneficiar os capitalistas rentistas e financistas - os grandes vitoriosos do momento - para que paguem menos impostos. É reduzir os salários diretos e indiretos. A justificativa é uma ‘crise fiscal estrutural’. É a tese que a Constituição de 1988 não cabe no PIB. Ora, isto é falso. Entre 1999 e 2012 as metas fiscais foram atingidas. Agora estamos em uma crise fiscal que, de fato, exige ajuste. Mas exige medidas pontuais”.(...) “Quanto às reformas constitucionais, é realmente necessário fazer alguma coisa, mas não da forma violenta que está sendo proposta. Uma desvinculação de 20% é razoável, e realmente é necessário estabelecer uma idade mínima de 65 anos, mas com um amplo prazo de carência, porque não há problema fiscal agudo na previdência hoje. A desvinculação dos benefícios sociais do salário mínimo não é necessária, mas sua manutenção significa que o salário mínimo não deverá aumentar mais, em termos reais, do que a produtividade. Prevalecer acordos sobre a legislação trabalhista é péssimo para a grande maioria dos trabalhadores, que não têm sindicatos fortes a defendê-los” (Conversa Afiada, 25/05/2016).

**Leonardo Sakamoto defende um ajuste com a distribuição dos sacrifícios, especialmente com a participação dos mais ricos.** “Ninguém em sã consciência nega que o déficit precisa ser equacionado e que soluções amargas devem ser propostas e discutidas. Mas o governo Temer demonstra um carinho grande com o andar de cima ao propor o limite de gastos com educação e saúde (que afeta o povaréu ) e evitar medidas que tirem uma pequena lasca dos mais ricos”.(...) “Por exemplo, a taxaçoão de lucros e dividendos recebidos de empresas, a regulamentação de um imposto sobre grandes fortunas, um aumento na taxaçoão de grandes heranças (seguinto o modelo norte-americano ou europeu) e uma alteração decente na tabela do Imposto de Renda (criando novas alíquotas para cobrar mais de quem ganha mais e isentando a maior parte da classe média) têm função arrecadatória e de redução da desigualdade social”.(...) “Não resolvem os problemas econômicos. Mas seriam ótimas ações para que o governo interino demonstrasse que suas prioridades de curto prazo não são apenas com as classes sociais e associaçoões empresariais que os colocaram lá, mas também com o povão que não foi às ruas, nem a favor, nem contra o impeachment, e assistiu a tudo bestializado. Claro que inflaçoão alta e falta de empregos punem os mais pobres, portanto equilibrar a economia é fundamen-

tal. Mas democratizar a chicotada também é por uma questão de justiça social". (...) "Isso não é criminalizar quem é rico, como muito tem se falado toda vez que se toca nesse assunto. Mas rediscutir um sistema que, em todos os momentos, de crise ou de bonança, faz com que os muito ricos sejam poupados, enquanto os mais pobres vão virando geleia. Padrão adotado, a bem da verdade, em maior ou menor grau, por todos os governos desde Tomé de Sousa" (UOL, 24/05/2016).

**Nelson Barbosa defendeu limitação do crescimento dos gastos públicos, reforma da previdência e recriação da CPMF.** O ex-ministro da Fazenda do governo Dilma, Nélson Barbosa, chegou a defender no início deste ano, não se sabe se tinha concordância da presidenta Dilma, diversas medidas de ajuste fiscal. A principal delas, a limitação do crescimento do gasto público, de forma mais flexível do que aquela da dupla Temer/Meirelles. A Agência Brasil informou: "De acordo com Barbosa, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) fixará o valor nominal do limite de gastos para cada ano. Caso os gastos estoure o teto, serão acionadas automaticamente medidas de redução da despesa para o ano seguinte. A proposta prevê que o ajuste automático seja implementado em três estágios, conforme a magnitude do excesso de gasto". (...) "No primeiro estágio, ficam proibidas a concessão de novas desonerações, o aumento real (acima da inflação) das despesas de custeio (manutenção da máquina pública) e discricionárias (não obrigatórias), a realização de concursos públicos, a contratação de servidores e a criação de cargos e o aumento real de salários dos funcionários do governo". (...) "O segundo estágio suspende a ampliação de subsídios, o aumento nominal (sem considerar a inflação) das despesas de custeio e discricionárias e o reajuste nominal de salários dos servidores públicos. A terceira etapa determina a redução da despesa de benefícios dos servidores, a redução da despesa com servidores sem estabilidade e a suspensão de aumentos reais do salário mínimo". (...) "Segundo Barbosa, a limitação se insere num contexto de outras ações do governo para conter o crescimento de gastos obrigatórios e aumentar a receita, como a reforma da Previdência Social, que será enviada ao Congresso até o fim de abril, e a aprovação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), para vigorar de 2016 a 2019".

**\*Autoria:**

A série "Estudos Municipais" é de autoria de José Prata Araújo – economista mineiro. Pesquisa realizada por Ivanir Corgozinho e José Prata Araújo.

**Gabinete da Deputada Estadual Marília Campos**

Assembleia Legislativa de Minas Gerais: Rua Rodrigues Caldas, 30, sala 213,  
Santo Agostinho, CEP 30190-921, Belo Horizonte, MG - Telefone: 31 2108-5445

Gabinete de Contagem: Avenida José Faria da Rocha, 3.171, sala 301,

CEP 32310-210, Contagem, MG - Telefone: 31 2557-7679

E-mail: [dep.marilia.campos@almg.gov.br](mailto:dep.marilia.campos@almg.gov.br)

**Marília**  **Campos**  
Deputada Estadual